

[Notícia anterior](#)[Próxima notícia](#)5 abr 2017 | O Globo | MIGUEL CABALLERO miguel.caballero@oglobo.com.br

Após prisões, sessão do TCE tem apenas concursados

Associação quer menos funcionários indicados por políticos nos tribunais de contas dos estados

Os conselheiros substitutos são obrigatoriamente funcionários de carreira. Três foram convocados a participar da sessão de ontem para que se chegasse ao quórum mínimo

A sessão de ontem do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) foi inédita não apenas pelo fato de ter sido a primeira após a prisão de cinco dos conselheiros titulares, na semana passada, durante a operação O Quinto do Ouro. Jamais, em toda a história do órgão, o plenário havia sido composto apenas por membros concursados do tribunal, que não entraram por indicação do governador ou da Assembleia Legislativa (Alerj), como determina a lei.



MÁRCIO ALVES

Só restou ela. Marianna Montebello (à esquerda) na primeira sessão do TCE após a prisão pela PF de cinco conselheiros do tribunal

Os conselheiros substitutos são obrigatoriamente funcionários de carreira, e os três do TCE-RJ foram convocados a participar da sessão de ontem para que se chegasse ao quórum mínimo de quatro conselheiros. Marianna Montebello, a única titular que não foi presa na semana passada e que assumiu interinamente a presidência do colegiado, é concursada do Ministério Público de Contas, embora também tenha sido nomeada conselheira do tribunal por indicação da Alerj.

A indicação de conselheiros de tribunais de contas por governadores e assembleias legislativas está prevista na Constituição.

— Foi uma sessão histórica para o TCE do Rio, com todos os membros concursados. Será positivo se isso for um embrião de um novo modelo de tribunais de contas, com menos indicações políticas. O sistema de nomeação precisa mudar, a sociedade cobra isso, já há projetos tratando deste tema no Congresso Nacional — afirmou Marcos Bemquerer, ministro substituto do Tribunal de Contas da União e presidente da Associação Nacional de Ministros e Conselheiros Substitutos de Tribunais de Contas (Audicon), que acompanhou a sessão no Rio.

CONTAS DO GOVERNO APRESENTADAS Ao presidir a sessão de ontem, Marianna Montebello não fez comentários sobre a inusitada situação que vive o TCE, tampouco deu entrevistas após a plenária. Ela informou que o governo estadual entregou na última segunda-feira as contas relativas a 2016, que serão examinadas pelo corpo técnico e pelo Ministério Público do tribunal. Elas serão descritas pela própria Marianna Montebello, que já havia sido designada relatora antes da prisão de seus colegas. O prazo para que as contas sejam julgadas é de até 60 dias.

Na pauta de ontem, foram julgados processos relatados pela conselheira, a maioria relativos a prefeituras do interior do estado. A próxima sessão do TCE acontece amanhã, enquanto o prazo da prisão temporária dos cinco conselheiros termina na sexta-feira.

O regimento interno do TCE-RJ prevê o quórum mínimo de quatro conselheiros, o que levou a presidente interina a convocar ao mesmo tempo os três substitutos (um deles já estava ocupando a vaga do ex-presidente Jonas Lopes, que está de licença e foi quem, em delação premiada, denunciou o esquema de propinas que levou à prisão dos colegas).

Uma lei estadual, porém, determina que o tribunal só pode funcionar com, no máximo, um conselheiro substituto, o que pode levar a questionamentos na Justiça das decisões tomadas nas sessões desta semana. No Diário Oficial de ontem, a presidente interina do TCE-RJ publicou deliberação justificando que não poderia atender a esse artigo da lei em função das circunstâncias, para evitar que o tribunal ficasse sem funcionar. Um parecer da procuradoria do TCE-RJ corrobora a decisão de Marianna Montebello.

Na última quarta-feira, a Polícia Federal prendeu cinco conselheiros do TCE: Aloysio Neves, atual presidente do órgão; Domingos Brazão, vice-presidente; José Gomes Graciosa; Marco Antônio Alencar, filho de Marcelo Alencar, ex-governador do estado e ex-prefeito do Rio, morto em 2014; e José Maurício Nolasco. De acordo com a delação de Jonas Lopes, os conselheiros receberam R\$ 1,2 milhão, cada, de propina num esquema de desvio de 15% dos valores liberados pelo fundo de modernização do tribunal para alimentação de presos no Rio. Eles também são suspeitos de receberem suborno das empresas de ônibus para evitar a fiscalização.

Impresso e distribuído por NewspaperDirect | www.newspaperdirect.com, EUA/Can: 1.877.980.4040, Intern: 800.6364.6364 | Copyright protegido pelas leis vigentes.

[Notícia anterior](#)

[Próxima notícia](#)